

SIDNEY BITTENCOURT

Mestre em Direito pela UGF, consultor, parecerista e conferencista consagrado, professor de Direito Administrativo. Administrador de Empresas. Articulista, com artigos, ensaios, pareceres e estudos publicados nos principais veículos de divulgação jurídica. Foi Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos Administrativos e Atos Administrativos da Marinha por mais de 25 anos. É colaborador emérito do Boletim Mensal de Divulgação de Doutrina e de Jurisprudência sobre Direito Público, do Instituto Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal – INAP. Ex-professor de cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, Universidade Candido Mendes, Universidade Gama Filho, Lex Magister Cursos Jurídicos, Centro de Aperfeiçoamento Profissional, dentre outras entidades de ensino. Autor com o maior número de livros editados sobre licitações e acordos administrativos do mercado jurídico nacional, o que motivou o emérito professor Ivan Barbosa Rigolin a asseverar que “é o mais prolífico e profícuo autor de obras sobre assuntos que envolvem licitações e contratos” (tendo seu livro “Novo Pregão Eletrônico - Comentários ao novo Decreto nº 10.024, de 20/09/2019” sido finalista na categoria Melhor Obra Literária sobre Pregão publicada até 2022 - Prêmio 19 de Março do Grupo Negócios Jurídicos). Considerado um dos maiores especialistas em licitações e contratos do País. Site: <<http://www.sidneybittencourt.com.br>>

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CURSO BÁSICO

2ª EDIÇÃO


EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - 2ª edição

© Sidney Bittencourt

EDITORA MIZUNO 2023

Revisão: Eliane Chainça

Revisão Técnica: Sidney Bittencourt

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
B624n	Bittencourt, Sidney Nova lei de licitações e contratos administrativos / Sidney Bittencourt. – 2. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2023. 223 p.; 14 X 21 cm ISBN 978-65-5526-640-5 1. Contratos administrativos - Brasil. 2. Licitação pública - Legislação - Brasil. I. Bittencourt, Sidney. II. Título. CDD 342.8106
Índice para catálogo sistemático I. Contratos administrativos - Brasil	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacarotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

I – LICITAÇÕES

Considerações iniciais	23
Conceito	23
Motivação	23
Objetivo	24
Desenvolvimento.....	24
Regras normativas	25
Competência para legislar.....	25
O dever de licitar da administração pública.....	25
A legislação nacional específica	27
Âmbito de aplicação.....	28
A Lei Complementar nº 123/2006.....	29
Tratamento diferenciado para pequenas empresas em licitações.....	29
Objetos de aplicação da Nova Lei de Licitações	35
Princípios	36
O elenco de princípios licitatórios	36
Princípio da legalidade	37
Princípio da impessoalidade.....	37
Princípio da moralidade	38
Princípio da publicidade.....	38
Princípio da eficiência.....	38
Princípio do interesse público.....	38
Princípio da probidade administrativa.....	38
Princípio da igualdade	39
Princípio do planejamento	39
Princípio da transparência.....	39
Princípio da eficácia.....	40
Princípio da segregação de funções	40

Princípio da motivação.....	40
Princípio da vinculação ao edital	40
Princípio do julgamento objetivo	41
Princípio do segurança jurídica	41
Princípio da razoabilidade	41
Princípio da competitividade.....	41
Princípio da proporcionalidade	42
Princípio da celeridade.....	42
Princípio da economicidade.....	42
Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	43
O desenvolvimento sustentável.....	43
As disposições do Decreto-lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)	44
Definições importantes	48
Administração pública e administração.....	48
Compra.....	49
Serviço e obra.....	49
Estudo técnico preliminar	50
Obras, serviços e fornecimentos de grande vulto	51
Termo de referência	51
Anteprojeto	53
Projeto básico	54
Projeto executivo.....	55
Matriz de risco	55
Empreitada e tarefa	57
Comissão de contratação	59
Seguro-garantia.....	60
Produtos para pesquisa e desenvolvimento.....	61
Agente de contratação.....	62
Agentes responsáveis pelas licitações.....	63
Agente de contratação.....	63
Comissão de contratação	66
Pregoeiro	67

Objetivos da licitação	68
Garantia da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a administração pública.....	68
Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição garantir tratamento isonômico entre os licitantes.....	69
Manter a justa competição.....	70
Impedir contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.....	70
Sobrepreço e superfaturamento.....	70
Afastar contratações com preços manifestamente inexequíveis	71
Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável....	72
Estimular a inovação	72
Promover o desenvolvimento nacional sustentável.....	73
Processo licitatório	75
Afastamento do formalismo exagerado	76
Fases da licitação.....	77
1ª fase – Preparação da licitação (etapa interna)	78
2ª fase – Divulgação – publicação do instrumento convocatório (início da etapa externa).....	80
3ª fase – Apresentação de propostas e lances, conforme o modo de disputa adotado.....	81
4ª fase – Julgamento.....	81
5ª fase – Habilitação.....	81
6ª fase – Interposição de recursos.....	82
7ª fase – Homologação	82
A inversão de fases	83
Modalidades de licitação.....	84
Procedimento do diálogo competitivo	87
Critérios de julgamento das licitações.....	88
Critério do menor preço.....	88
Critério do maior desconto.....	89
Critérios da melhor técnica ou do melhor conteúdo artístico	90
Melhor técnica.....	90

Melhor conteúdo artístico	90
Critério de técnica e preço.....	90
Critério do maior lance, no caso de leilão	92
Critério do maior retorno econômico	93
Regimes na execução de obras e serviços de engenharia.....	95
Licitações internacionais.....	97
Regras específicas das licitações internacionais.....	97
Divulgação do edital licitatório	99
Prazos mínimos para a apresentação de propostas e lances	99
Modificações no edital	100
Redução do prazo de apresentação de propostas e lances	100
Modos de disputa	101
Procedimentos dos modos de disputa aberto e fechado.....	102
Vedações ao uso dos modos de disputa fechado e aberto	102
Lances intermediários.....	102
Admissão de reinício da disputa aberta	103
Reelaboração das planilhas.....	103
Julgamento das propostas.....	104
Desclassificação das propostas	104
Garantia adicional nas contratações de obras e serviços de engenharia.....	104
Critérios para o desempate nas licitações	105
1º Critério – apresentação de novas propostas pelos licitantes empatados.....	105
2º Critério – avaliação do desempenho contratual prévio	106
3º Critério – desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no trabalho.....	106
4º Critério – desenvolvimento de programa de integridade.....	106
Regras de preferência na manutenção do empate.....	107
Contratação direta	108
O processo de contratação direta.....	108
Licitação inexigível	109
Notória especialização.....	110

Licitação dispensável.....	111
Hipóteses de licitação dispensável.....	112
Faculdade de convocação para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento.....	120
Licitação dispensada.....	120
Dispensa de licitação para a alienação de bens imóveis.....	121
Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de dação em pagamento.....	121
Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de doação.....	122
Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de permuta...	122
Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de investidura	122
Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de venda a outro órgão ou entidade da administração pública.....	123
Dispensa para alienação de imóveis, por intermédio de diversos institutos, no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária.....	124
Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de alienação de bens imóveis para uso comercial.....	124
Dispensa para alienação de terras públicas rurais da união e do incra, para fins de regularização fundiária.....	124
Dispensa para alienação de imóveis por intermédio de procedimentos de legitimação de posse.....	125
Dispensa de licitação para legitimação fundiária e legitimação de posse de que trata a Lei nº 13.465/2017.....	125
Dispensa de licitação para a alienação de bens móveis.....	125
Atuação da assessoria jurídica.....	126
A elaboração do parecer jurídico.....	127
Parecer jurídico nas contratações diretas.....	127
Dispensa de parecer jurídico.....	128
Procedimentos auxiliares da licitação.....	129
Credenciamento.....	130
Pré-qualificação.....	131
Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI).....	132
Sistema de Registro de Preços (SRP).....	133
Registro cadastral.....	135

II – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Os contratos na administração pública	139
Contratos da administração.....	140
Subdivisão dos contratos da administração	140
Contratos privados celebrados pela administração pública.....	141
Contratos administrativos.....	141
Sujeitos do contrato administrativo	142
Características do contrato administrativo	142
Da formalização dos contratos administrativos	144
As cláusulas contratuais.....	144
Formalização.....	145
Cláusulas necessárias	146
Divulgação dos contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	148
Obrigatoriedade de celebração de contrato	149
Garantias	150
Modalidades de garantia	150
Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública	151
Seguro-garantia.....	151
Fiança bancária.....	151
Percentuais da garantia	152
Alocação de riscos	153
Prerrogativas da administração	154
Modificação unilateral do contrato administrativo.....	155
Extinção unilateral do contrato administrativo	155
Fiscalização da execução do contrato administrativo	156
Aplicação de penalidades pela inexecução do contrato administrativo	156
Ocupação provisória de instalações.....	157
Revisão das cláusulas econômico-financeiras no caso de modificação unilateral.....	157

Duração dos contratos	158
Duração dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.....	158
Contratos com duração de até dez anos	159
Contrato com prazo indeterminado.....	161
Prazos de duração dos contratos geradores de receita e de eficiência	161
Prorrogação do prazo na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido	162
Contrato firmado sob o regime de fornecimento e prestação de serviço associado.....	162
Contratos de operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação	163
Execução dos contratos	164
Proibição do retardamento imotivado de obra ou serviço.....	165
Fiscalização do contrato	165
Defeitos na execução do objeto	165
Decisão sobre todas as solicitações e reclamações	166
Alteração dos contratos e dos preços	167
Alteração por acordo das partes	167
Limitação dos acréscimos ou supressões.....	168
Indenização do contratado	168
Reequilíbrio em face de alteração unilateral que altere os encargos do contratado.....	169
Formalização do termo aditivo como condição para a execução... ..	169
Reequilíbrio em função de tributos ou encargos legais.....	170
Extinção dos contratos	171
Direito do contratado de extinção do contrato	172
Formas de extinção do contrato administrativo	173
Recebimento do objeto do contrato	174
Pagamentos	176
Proibição de pagamento antecipado.....	177
Meios alternativos de resolução de controvérsias	178

III – DIREITO SANCIONATÓRIO – CONTROLE – CRIMES LICITATÓRIOS

Infrações e sanções administrativas	182
Infrações administrativas	182
Sanções administrativas	183
Advertência.....	184
Multa.....	184
Impedimento de licitar e contratar	184
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	184
Impugnações e pedidos de esclarecimentos	186
Direito de petição	187
Recurso administrativo	187
Reconsideração.....	188
Recurso administrativo em virtude do julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação	188
Trâmite do recurso	188
Pedido de reconsideração da pena de declaração de inidoneidade para licitar.....	189
Efeito suspensivo	189
Direito de petição (via judicial)	189
Portal nacional de contratações públicas (PNCP)	190
Normas sobre portal nacional de contratações públicas (pncp).....	190
Crimes licitatórios	193
Novos tipos penais do código penal referentes às licitações e contratos	193
Vigência da Lei e o Regime de Transição	207
Atos regulamentares editados	209
Decretos	209
Portarias	210
Resolução	211
Instruções Normativas.....	211
Instrução normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022	214
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	217